



Tese do Coletivo Luta Educadora

XVI ConSintest – Ano 2019

1. A economia mundial aproxima-se de uma nova grande crise, com ápice e dimensões ainda imprecisas e para além das não integralmente superadas repercussões da crise de 2008. Há, porém, diversos elementos dessa nova crise que já se evidenciam e afetam nossas vidas.
2. Assistimos a uma intensificação da instabilidade financeira global, percebida no colapso dos preços das ações, como a que Blackrock, o maior gestor de ativos do mundo, viu em 2018, quando o preço de suas ações caiu mais de um quinto. A guerra comercial entre Estados Unidos e China, os impactos de um possível Brexit sem acordo e o anúncio da Alemanha de que deve entrar em recessão econômica a partir do terceiro trimestre são elementos que fortalecem essa instabilidade.
3. O próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), em janeiro deste ano, revisou sua previsão de crescimento global de 3,7% para 3,5% em 2019 e de 3,7% para 3,6% em 2020. O Banco Mundial também recalculou sua projeção de crescimento econômico mundial para 2,9% neste ano, 0,1 ponto percentual abaixo da projeção de junho de 2018.
4. Essa recessão não aperta para todos do mesmo modo, não só porque ela tem um lado apriorista para apertar mais forte, o lado das trabalhadoras e trabalhadores, mas também porque vivemos em um mundo cada vez mais desigual. Apesar da crise, as fortunas dos bilionários cresceram 12% em 2018 enquanto 3,8 bilhões de pessoas, que compõem a metade mais pobre da humanidade, perderam 11% de seus rendimentos, segundo dados divulgados no começo de 2019 pela Oxfam Internacional, ampliando o fosso entre o 1% mais rico que acumula mais riquezas que os 99% restantes da população mundial.
5. Não é à toa que, pelo terceiro ano consecutivo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) registrou um aumento no número de pessoas que passam fome no planeta, que passou de 815 milhões de pessoas, em 2016, para cerca de 821 milhões em 2018.
6. Nessa conjuntura, o relatório Situação Econômica Mundial e Perspectivas 2019, da Organização das Nações Unidas (ONU), reconhece que, se as taxas de desemprego estão caindo no mundo, a exemplo de países como Alemanha, Japão, México e Estados Unidos, não há o que comemorar, porque, ao mesmo tempo, temos um aumento nos postos de trabalho mais precarizados, com menos ou sem direitos trabalhistas e remunerações insuficientes e desiguais entre homens e mulheres.
7. Como resposta a esses problemas gerados pelo próprio capitalismo em crise, para seguir lucrando mais e mais, mas prometendo, ironicamente, resolver os problemas por eles mesmos produzidos, os sistemas financeiro e produtivo têm pressionado a esfera política em várias partes do mundo. A intenção orquestrada é pautar projetos de profundos ajustes fiscais, com ainda mais cortes de direitos trabalhistas e previdenciários, estagnação ou redução de salários, mais precarização e informalidade em uma suposta e falaciosa troca por mais postos de trabalho. É claro que sabemos o que querem de verdade: mais e mais lucro para eles, mesmo com a recessão e o colapso do sistema.

8. Para promover a aceitação desses pacotes agressivos, o capital tem apoiado figuras da extrema-direita, mesmo que sejam instáveis e não sejam suas primeiras alternativas. Tem sido assim com figuras da extrema direita, especialmente populistas de direita, que apresentam esses pacotes sem pudor, com vigor e, por vezes, carisma, a exemplo, de Trump (EUA), Macri (Argentina), Macron (França) e Bolsonaro (Brasil).

9. Contudo, esse ascenso da direita e de seus ataques, com elementos bonapartistas e profascistas em alguns casos, não têm ocorrido sem resistência ou contra-ataques. Algumas das nossas lutas que polarizaram a conjuntura podem ser lembradas em episódios, como:

- A demonstração de força de milhões de trabalhadores na Argélia e no Sudão, que derrubaram ditadores;

- A luta da classe trabalhadora argentina respondendo aos ataques de Macri com cinco greve geral desde o início do governo;

- A sagacidade dos trabalhadores de cem empresas no México, em Matamoros, que realizaram uma grande greve que derrotou os patrões e passou por cima da burocracia sindical;

- Os coletes amarelos franceses, que, mesmo depois das derrotas já impostas a Macron, mantiveram-se mobilizados por mais de seis meses;

- A juventude, que tem tomado as ruas em vários países em defesa do planeta e da Amazônia;

- As mulheres protagonizando diversas lutas, a exemplo da grande greve geral da Índia, em janeiro deste ano, envolvendo mais de 200 milhões de trabalhadoras e trabalhadores na luta contra os ataques do governo direitista de Modi;

- As lutas em Porto Rico que depuseram o governador Ricardo Roselló após o vazamento de conversas particulares em que ele que fazia piada sobre o assassinato da prefeita de San Juan, Carmen Cruz, e sobre os cadáveres que se acumulavam nas ruas após a passagem do furacão Maria. Além disso, existe uma recessão econômica que já dura 13 anos e que tem forçado muitos porto-riquenhos e porto-riquenhas a migrarem para o continente.

- As lutas em Hong Kong contra a tentativa chinesa de aprovar uma lei de extradição. Apesar das contradições que esse movimento de massas traz, ele já foi capaz de produzir um dia de greve geral, enquanto o imperialismo estadunidense vem apoiando a China por meio de declarações de Trump.

- As lutas contra a reforma da previdência e em defesa da educação no Brasil, que pautaram uma greve geral no dia 14 de junho - que não foi construída com mobilizações massivas nos espaços de trabalho por parte das maiores centrais sindicais e que por isso não paralisou o país na prática - e realizaram um ato nacional no dia 13 de agosto depois de uma sequência de atos de rua em março e abril, que, é claro, precisam ser mais fortes.

- As lutas em defesa da Amazônia e do meio ambiente após as queimadas autorizadas discursivamente por Bolsonaro e após o enfraquecimento dos órgãos de fiscalização e de levantamento de informações sobre o território, como o IBAMA, ICMBio e o INPE.

10. É claro que ainda estamos aquém da classe dominante. Ir além nestas e em outras partes do mundo passa por construir alternativas políticas, direções coerentes e consequentes com as lutas transitórias, táticas e estratégicas para a construção de um outro mundo possível.

11. Ainda assim, evidencia-se que não somos apenas nós que projetamos a sincronicidade e a abrangência global dos elementos de crise que já estamos passando no mundo. Diversos analistas, inclusive burgueses e grandes grupos de comunicação, já ecoam seus receios desde 2018 e seguem fazendo-o em 2019, como fizeram no Fórum Mundial Econômico, em Davos e na reunião do G7 (Grupo dos 7 países mais industrializados do mundo, à exceção da China) em agosto. É justamente por isso que eles estão nos apertando cada vez mais, exigindo também mais organização, lutas, resistência e contra-ataques articulados do lado de cá.

CRISE POLÍTICA

12. Esse cenário de crise econômica e social anda lado a lado da crise política, e elas se retroalimentam. O golpe de 2016 foi uma forma da burguesia chegar ao poder, sem intermediários, como foi na época do PT.

13. O governo Dilma caiu porque, tendo ainda uma base social nos movimentos sociais e

sindical, não vinha implementado a agenda do capital na velocidade e intensidade que a classe capitalista queria, apesar de vir fazendo amplas concessões e defendendo o ajuste fiscal como prioridade por meio de um ministro que até junho compunha o governo Bolsonaro: Joaquim Levy.

14. Os ataques que vivemos são muito graves, mas não são totalmente inéditos. É importante recordar, para não repetir esses erros, de medidas dos governos petistas que atendiam à agenda do capital, como a reforma da previdência de Lula em 2003, privatizações de aeroportos, do pré-sal (campo de Libra), de hidroelétricas, as MPs 664 e 665 do governo Dilma que limitaram o acesso ao seguro desemprego e outros direitos trabalhistas, medidas como o PROUNI e o FIES que enviaram massivos recursos públicos às universidades privadas ao invés de serem destinados às instituições federais de educação, criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), cortes no orçamento da educação.
15. O golpe de 2016, portanto, foi uma forma do conluio Judiciário-Mídia-Burguesia assumir as rédeas do Estado a fim de implementar o projeto de uma feroz retirada de direitos e de mais ajuste fiscal, abrindo espaço para mais crise.
16. Foi nesse contexto que, de forma ilegítima, Michel Temer assumiu a presidência e buscou executar, com mais força, a agenda do capital, com a terceirização de atividades fim, a PEC do Fim do Mundo (teto de investimentos públicos limitado por 20 anos aprovado por meio da Emenda Constitucional 95), Contrarreforma do Ensino Médio, Contrarreforma Trabalhista e Contrarreforma da Previdência.
17. Em meio a um governo machista, que no início praticamente não contava com mulheres, e pressionado por casos de corrupção e malas de dinheiro, como no caso de Geddel, o governo Temer também enfrentou uma forte resistência da classe trabalhadora, inicialmente com greves e ocupações de escolas e reitorias em 2016 contra a Contrarreforma do Ensino Médio e a PEC do Fim do Mundo, o ato das mulheres no 8 de março de 2017, com a greve geral de 24 horas de 28 de abril de 2017 e o Ocupa Brasília de 24 de maio de 2017.
18. As lutas que se desenhavam naquele momento poderiam ter derrubado Temer e sua agenda. Um ponto que confirma isso foi a derrota da Contrarreforma da Previdência, que era prioritária, mas que foi retirada da pauta do dia.
19. Apesar dessa ascensão das lutas entre o fim de 2016 e o primeiro semestre de 2017, a traição das centrais sindicais que recuaram do segundo dia de greve geral, marcado para 30 de junho, à exceção de centrais combativas como a CSP-Conlutas, permitiu que o governo se reequilibrasse e saísse vitorioso na Contrarreforma Trabalhista. O cenário de desmobilização também ofereceu o terreno fértil para o STF aprovar a terceirização de atividades fim.
20. Esse cenário mostra que há elementos de polarização social na conjuntura brasileira, em que a classe trabalhadora tem sofrido duros ataques, mas renova sua disposição de luta, de ocupar as ruas e de derrotar a agenda neoliberal. A última greve geral, por exemplo, havia acontecido há mais de 20 anos antes da de 2017 e muito se falava que uma paralisação geral no Brasil seria impossível, até que ela se tornou inevitável.
21. O que existe, portanto, não é apenas um cenário de derrotas sem que lutas importantes tenham acontecido. É verdade que a conjuntura para a classe trabalhadora tem se fechado e tem se tornado substancialmente pior que em anos passados, mas as lutas têm acontecido e a tarefa colocada é a de fazê-las crescer tendo a greve geral de verdade como horizonte. Nesse sentido, o que podemos fazer a nível de nosso sindicato é ampliar o nosso trabalho de base no Sintest, formando politicamente a nossa categoria e chamado-a para a luta com panfletagens e outras formas de mobilização. Afinal, para além de vitórias e derrotas, faz total diferença para a intensidade dos ataques que recebemos e para nossa capacidade de reação o lugar onde estamos quando o recebemos. O lugar onde devemos estar para não sermos esmagados e derrotados de imediato é nas ruas, com organização e luta.
22. A não continuidade das greves gerais no período do governo Temer foi uma dura derrota para a classe trabalhadora. Foi sintomático, nesse sentido, o fato de que mesmo os grandes meios de comunicação como a Globo, chegaram a cogitar o impeachment de Temer na época da publicização dos casos de corrupção e da tomada das ruas por parte da população, mas meses depois aceitaram que a estabilidade política e a manutenção de

Temer eram o melhor cenário para aprovar os projetos de retirada de direitos.

23. Recentemente, Temer foi preso por participar de um esquema de propina envolvendo a construção da usina nuclear Angra 3, mas sua prisão não durou um dia, nada duradoura como a de Lula.
24. À época, a prisão de Temer foi um recado da Lava Jato de que seu alto escalão não aceitaria calado as medidas que o STF vinha tomando, como entregar as investigações de corrupção relativas à financiamento de campanhas à Justiça Eleitoral e a rejeição do Supremo Tribunal Federal à criação de um fundo de R\$ 2,5 bilhões pela Lava Jato.
25. Nessa disputa, estava ainda o pacote Anticrime de Moro, travado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM). O pacote prevê um fechamento ainda maior das leis penais, como a prisão de condenado em segunda instância sem trânsito em julgado (quando todos os recursos são esgotados) e a mudança no ponto da legítima defesa por meio do excludente de ilicitude, em que haverá redução de pena ou sua não aplicação quando a ação "decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção", que é uma licença para a polícia exterminar a população das periferias, o que é um absurdo!

GOVERNO BOLSONARO

26. A eleição do governo Bolsonaro se deu a partir da prisão política de Lula, do forte sentimento antipetista e da comoção em torno da facada que ele sofreu. Isso fortaleceu um movimento para que ele ganhasse as eleições logo no primeiro turno e possibilitou que se ausentasse de todos os debates entre candidatos e assim não discutisse o seu programa de governo.
27. Uma pesquisa do DataFolha do final de 2018 revelava que 60% dos brasileiros discordam das privatizações de empresas públicas e 57% discordam da redução das leis trabalhistas, que são pontos que Bolsonaro no governo procura implementar. Caso ele tivesse colocado isso explicitamente durante a campanha, provavelmente não teria tido um desempenho tão favorável e uma vitória com uma diferença de votos tão ampla.
28. O fato do governo Bolsonaro não ter apontado iniciativas concretas para combater os problemas urgentes da classe trabalhadora, como o do desemprego e do aumento do custo de vida, aparece junto de uma incapacidade de articulação interna, escândalos de corrupção, envolvimento com milícias e posturas inadequadas a um presidente, o que vem fazendo com que com que a sua aprovação popular tenha caído e sua rejeição tenha aumentado.
29. Em janeiro, 20% dos entrevistados achavam a gestão do presidente ruim ou péssima. Em março esse índice subiu para 24%. Em janeiro, 40% avaliavam a gestão como ótima e boa, enquanto em março esse número caiu para 37%. Os dados são da XP/Ipespe. Já segundo o DataFolha em pesquisa do mês setembro, logo após as queimadas na região da Amazônia, a reprovação do governo subiu de 33% para 38% e sua aprovação caiu de 33% para 29%.
30. A pesquisa do XP/Ipespe revelou que 64% dos entrevistados acreditavam ser necessária uma Reforma da Previdência, o que demonstra que esse debate ainda precisa ser ganho na sociedade e mesmo entre os/as membros/as da comunidade acadêmica. As lutas nas ruas, como o 8 de março, o 22 de março, 24 de abril e 1º de maio, que tiveram o enfrentamento da Contrarreforma da Previdência como eixo central, foram importantes nessa disputa das consciências e para o acúmulo de forças para a construção da greve nacional da educação, no dia 15 de maio e da greve geral, do dia 14 de junho de 2019, apesar dos limites que ela teve.
31. Uma evidência disso é que uma nova pesquisa foi feita pelo DataFolha em abril revelando que 51% dos entrevistados eram contrários à Reforma da Previdência. Os atos e o trabalho de base, especialmente de panfletagens e aulas públicas, devem ter tido papel central no efeito positivo sobre a consciência da nossa classe.
32. Além desses elementos, estão desgastando o governo e a família Bolsonaro os casos de corrupção e envolvimento com milícias dos referidos políticos. Um desses primeiros casos foi o de Fabrício Queiroz, que realizou depósitos na conta de Flávio Bolsonaro, de quem era assessor. Os valores foram equivalentes a R\$ 1,2 milhões, movimentação considerada atípica pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).
33. Ainda sobre Flávio Bolsonaro, descobriu-se que ele empregou em seu gabinete pessoas que eram parentes de um dos chefes do Escritório do Crime, uma milícia do Rio de Janeiro suspeita de estar envolvida no assassinado de Marielle, e que condecorou policiais milicianos que foram presos recentemente.

34. Dentre os escândalos, houve o caso de Bebbiano, presidente do PSL, que se tornou ministro da Secretaria Geral da Presidência. Ele é suspeito de ajudar a articular uma série de candidaturas laranjas do PSL que serviam apenas para receber dinheiro do fundo partidário. Após conflitos com os filhos de Bolsonaro, deixou o governo sob promessa de revelar o que sabia, o que não veio a ocorrer.
35. A Vaza Jato, processo de revelações de conversas entre procuradores da Lava Jato vazadas pelo site The Intercept, vem demonstrado que uma das figuras públicas com maior credibilidade por parte da população, Sérgio Moro, agiu de forma arbitrária, ilegal e antiética ao se articular com Deltan Dallagnol para condenar alguns réus, como o ex-presidente Lula, proteger pessoas como Fernando Henrique Cardoso e praticar vazamentos seletivos e ilegais para a imprensa.
36. A despeito dessas instabilidades, o governo Bolsonaro conseguiu implementar ataques duros, como a nomeação de reitores que constavam na lista tríplice, mas que não foram os primeiros colocados na consulta pública para universidades e institutos, nomeação de um interventor para ser o diretor geral do CEFET/RJ, corte do orçamento das instituições de ensino e de outros órgãos públicos, corte de milhares de bolsas de pós-graduação, a publicação da MP 873, que dificulta a arrecadação financeira dos sindicatos, o obstáculo no lançamento de concursos públicos, a flexibilização do porte de armas, a liberação de agrotóxicos e das queimadas nas regiões de floresta amazônica. Além disso, principalmente por articulação de Rodrigo Maia, conseguiu aprovar na Câmara a Contrarreforma da Previdência.
37. A medida é muito dura e pretende enriquecer ainda mais os bancos por meio dos fundos de pensão, trazendo elementos o aumento do tempo de contribuição que incidirá sobre os mais pobres, que passam maior tempo em período de desemprego ou empregos precarizados, o que gera dificuldades em contribuir para a previdência de forma contínua.
38. A Reforma da Previdência também é especialmente ruim para servidores e servidoras, pois estabelece o tempo de contribuição em 65 anos para o homem e 62 anos para a mulher, com pelo menos 25 anos de contribuição e piora as regras para o cálculo da aposentadoria, podendo levar a dividendos menores do que aqueles previstos pelo cálculo atual.
39. Na área da educação federal, o governo Bolsonaro cortou investimentos a ponto de os orçamentos das instituições de ensino só terem condições de se manter até o mês de setembro.
40. O governo também realizou sucessivos cortes no número de bolsas de pós-graduação e lançou o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, o Future-se. Esse programa destrói a concepção de universidade pública mantida por orçamento público que existe hoje e abre margem para que diferentes setores e departamentos das instituições de ensino passem a captar recursos de empresas privadas para tentar se manter.
41. O Future-se também entrega o patrimônio das universidades e institutos para que sejam vendidos e geridos por fundos privados e entrega a própria gestão dessas instituições para Organizações Sociais. Esse é um duro golpe na autonomia administrativa e pedagogia das instituições de ensino e um verdadeiro processo de privatização!
42. O Future-se também prevê um redimensionamento de pessoal que implica na não realização de concursos públicos ou em uma realização com um número de vagas muito aquém do necessário para preencher as vagas daqueles/as que se aposentarem. Esse programa, portanto, vem também para precarizar as condições de trabalho.
43. O Future-se faz parte de uma política ultraliberal impulsionada pelo Banco Mundial e por grupos econômicos brasileiros e precisa ser combatido no âmbito das instituições e nas ruas. Diversas universidades e institutos já se posicionaram por meio de seus conselhos superiores e de assembleias unificadas. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte também precisa ter um posicionamento público contrário a esse programa. O Sintest precisa ajudar a ampliar a campanha contra esse programa.
44. O Future-se, inclusive, vem alinhado a uma série de privatizações, como aconteceu com a perda de controle da Petrobrás sobre a BR Distribuidora, mas que pretende ampliar com pelo menos mais 17. Dentre essas estão os Correios, a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), a Casa da Moeda e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).
45. Já no campo das relações internacionais, Bolsonaro tem promovido um realinhamento

geopolítico do Brasil. Ele tem procurado se aproximar dos Estados Unidos e de Israel, que possuem governos de linha política semelhante ao dele.

46. Em uma de suas primeiras viagens aos Estados Unidos, em que foi recebido por Trump, Bolsonaro expôs o seu desejo de submeter o Brasil ao imperialismo estadunidense, declarou apoio às medidas de Trump contra os imigrantes, legitimou a política americana contra a Venezuela e entregou a base de Alcântara. Dessa viagem, Bolsonaro não retornou com benefícios sequer para a burguesia nacional. Um verdadeiro entreguismo!
47. No que diz respeito a Israel, Bolsonaro deu diversos sinais de que iria mudar a embaixada brasileira para Jerusalém, seguindo o que fez os Estados Unidos. Essa medida, entretanto, é considerada hostil por parte do povo palestino e para mundo árabe-muçulmano. Até o momento, o que ocorreu de fato foi a criação de um escritório comercial do Brasil em Jerusalém.
48. Diante de todos esses elementos, podemos classificar o governo Bolsonaro como um populista de extrema direita, em que usa uma série de elementos para parecer alguém simples e próximo do povo, mas que vem implementando uma série de ataques duros contra a classe trabalhadora e se alinhando ao capital internacional. Há também elementos de fascismo e práticas autoritárias e centralizadoras, como a nomeação de interventores em universidades, desrespeito às consultas públicas de órgãos estatais, discurso de ódio que fomenta violência e perseguição contra minorias e defensores dos direitos humanos, flexibilização do porte de armas, etc.
49. Apesar disso, ainda é possível derrotá-los nas ruas com um amplo processo de mobilização e greves gerais que de fato paralisem a produção nas indústrias, os serviços, que causem prejuízos aos bancos, que parem os transportes e produzam grande impacto nos bolsos dos patrões, à semelhança do que fizeram os caminhoneiros em 2018, que, apesar de suas contradições, conseguiram colocar o governo nas cordas e obtiveram vitórias para caminhoneiros autônomos em um momento que Temer iniciava um duro processo de austeridade. Exemplos no mundo também não faltam, como as 5 greves gerais da Argentina, a luta dos franceses contra a Reforma Trabalhista de Macron, a greve geral de dois

dias na Índia contra os ataques à organização sindical e por aumento no salário mínimo, dentre outros. Nem todas essas lutas foram vitoriosas de imediato, mas abriram processos importantes de resistência e deram o seu recado às elites econômicas de que as nossas vidas importam mais do que o lucro!

LUTAS NAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS E AS TAREFAS PARA A CLASSE TRABALHADORA

50. O funcionalismo público no Brasil ainda é o responsável pelo maior número das greves e paralisações que são realizadas no país.
51. Dentro da camada do funcionalismo, as servidoras e os servidores ligados à educação tem tido uma grande importância nos processos de mobilização porque, além de orçamentário, o ataque de Bolsonaro às IFES também é ideológico. As instituições têm sofrido processos de intervenção em que o candidato ou candidata mais votado para reitor/a não vem sendo o/ nomeado/a. Ao contrário, Bolsonaro vem nomeando pessoas alinhadas a ele, desrespeitando o processo democrático e a ordem da lista tríplice, que o governo não é obrigado por lei a respeitar, mas que tem sido uma tradição nas instituições de ensino público federal.
52. Isso foi o que aconteceu na UFC (Ceará), no CEFET/RJ e UFFS (Santa Catarina). Além disso, ele também interveio na autonomia da Universidade da Integração da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab) e impediu a realização de um vestibular específico para pessoas transgêneros e intersexuais, que sabidamente possuem um acesso mais difícil ao ensino superior e ao mercado de trabalho. A medida de Bolsonaro, portanto, foi absurda e mais obstáculo à luta por igualdade.
53. Esses processos de intervenção somados ao corte nas bolsas de pós-graduação, cortes no orçamento das universidades e nas políticas de permanência estudantil, demissões de pessoal terceirizado e a proposta do Future-se têm levado milhares de estudantes, docentes e técnicos a se engajarem em um processo de resistência. Não foram poucos os atos, assembleia unificadas, protesto contra a nomeação de interventores e mesmo acampamentos que tinham como pauta a defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada. Exemplos disso foram a assembleia unificada da UFSC (Santa Catarina), o acampamento na UFC (Ceará) contra a chegada do interventor nomeado por

Bolsonaro, os atos dos estudantes no CEFET/RJ contra a chegada do novo diretor geral nomeado diretamente por Weintraub, o ministro da educação que é um representante do mercado financeiro.

54. Essa efervescência, contudo, precisa ser melhor organizada a nível nacional com o apoio das entidades nacionais de classe, como a FASUBRA, ANDES e UNE para que as lutas sejam nacionalizadas, unificadas e incentivem outros setores a virem para a luta e assim criarmos o cenário para uma greve geral real, que, de fato, pare o país. Esse cenário, contudo, não será alcançado apenas pelo funcionalismo público e pelos estudantes. É preciso que os trabalhadores e trabalhadoras do setor privado e os movimentos sociais também estejam envolvidos nesse processo para que ele se fortaleça.
55. É preciso que tenhamos unidade na luta, ou seja, que estejamos junto a outros setores da classe trabalhadora que também defendem a derrota da agenda de Bolsonaro, como a luta contra a Contrarreforma da Previdência, contra as privatizações, em defesa do meio ambiente, das liberdades democráticas, das minorias e contra a censura. Qualquer tentativa de isolamento que não seja bem embasada do ponto de vista tático deve ser rechaçada com veemência. O caminho é o da unidade na luta com amplos setores para derrotar Bolsonaro nas ruas!
56. Todo esse processo é importante devido ao obscurantismo que o bolsonarismo traz e que ataca as nossas vidas diretamente e em diversos aspectos. Para o funcionalismo público, inclusive, há um elemento a mais, que é todo o desmonte que vem acontecendo somado a uma Reforma Administrativa que o governo busca fazer e que envolve diminuir jornadas de trabalho com redução de salário, acabar com a estabilidade. Precisamos ampliar o nosso trabalho de base e mobilizarmos o maior número de pessoas possível para resistir a mais esse ataque que está por vir!

SINTEST: BALANÇO E PERSPECTIVAS

57. Nesse cenário, é incontestável avaliar que, o Sintest tem ocupado historicamente as principais lutas não apenas das trabalhadoras e dos trabalhadores filiados à entidade, mas da classe trabalhadora de modo geral. No entanto, os novos patamares da crise aguda do capitalismo que se aproxima, cujos efeitos já

sentimos, e os ataques do governo Bolsonaro exigem um novo patamar de lutas do lado de cá, muito além do que sempre fizemos e do que estamos fazendo. Ou partimos dessa premissa e articulamos melhor nossa base e nossos contra-ataques, em todo o país, ou seremos esmagados por derrotas conduzidas pelo lado de lá.

I. Por um Sintest firme nas lutas em defesa da classe trabalhadora diante do capital, do governo Bolsonaro e da gestão universitária!

58. Nesse caminho, não há dúvidas de que o governo Bolsonaro não recuará espontaneamente. A classe dominante brasileira, que nunca o teve como primeira opção, seguirá na sua missão de garantir uma atuação política no governo federal, no Congresso e, inclusive, no poder Judiciário, para promover a dilapidação de nossas políticas, serviços, instituições, carreiras e entidades sindicais a fim de abrir mais e mais espaços para o mercado e suas grandes corporações empresariais e financeiras. Só assim seguirão lucrando em tempos de grave crise.
59. De um lado, pode haver reação de parte dos corpos de gestão da UFRN e da UFERSA, integrados por trabalhadoras e trabalhadores da educação, que, por vezes, se esquecem de seu lugar na classe, a exemplo de outras universidades, institutos e Cefets. Porém, não nos surpreenderia se a primeira opção desses gestores fosse o vacilo e a tentativa de conciliar nossos interesses com os interesses antagônicos do governo e do mercado. Não seria inédito que optassem por negociar derrotas supostamente menores sob a alegada justificativa do receio de perdas de mais recursos, cargos de direção (CD) e funções gratificadas (FG) e posições em *rankings* de produtividade.
60. Do outro lado, o Sintest, mais do que nunca, não poderá vacilar, baixar a cabeça para a gestão ou o governo, negociar direitos básicos de seus trabalhadores ou supor como possível aceitar, de partida, derrotas antes de travar as lutas que se impõem necessárias. O Sintest precisará protagonizar as principais articulações e mobilizações da categoria na UFRN e na UFERSA, mas também integrar esforços de unidade e frentes amplas de lutas, para além dos esforços insuficientes empreendidos até aqui na construção de

ferramentas como a Frente Povo Sem Medo e a Frente Antifascista Potiguar, externas à universidade, e com o Comitê Unificado de Mobilização contra os Cortes na Educação e a Reforma da Previdência, na própria UFRN.

- 61.** Nesse percurso, é claro que reivindicamos o exercício do diálogo permanente com as gestoras e os gestores de nossas universidades. O que não podemos perpetuar é que, em temas que a base e a direção do Sintest precisam ter independência e antecipação na formulação e nas lutas, tenhamos que pedir aval da gestão universitária de modo subserviente. Esse movimento já foi expresso em discursos e ações variadas, especialmente nas lutas que se referem ao ponto eletrônico, às nossas jornadas de trabalho ou ao tema do assédio moral, em que parte da direção estadual do Sintest já se colocou, em mais de um momento, em posição subalterna diante da gestão, em especial da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFRN.
- 62.** Em linha contígua, avaliamos como gravíssimo o erro da maioria da direção de ter votado pela demissão de dois de seus trabalhadores sindicatários, sem diálogo com a base, sob a justificativa de se antecipar à Medida Provisória 873/2019 do governo Bolsonaro, que comprometeria nossa arrecadação financeira, antes de tal medida incidir sobre nosso sindicato. A MP inclusive estava paralisada na altura por liminar judicial e caducou logo em seguida, perdendo sua efetividade legal.
- 63.** Avaliamos como um movimento também demasiadamente equivocado e com o qual precisamos aprender e avançar que esse recuo tenha sido acompanhado de atropelos antidemocráticos de parte da direção em direção à sua base, impedindo-nos de discutir as demissões e soluções alternativas para as finanças sindicais na assembleia do dia 24/04/19, realizada na Reitoria da UFRN. A solicitação para inclusão do ponto de pauta foi efetuada em reunião de coletivos de base da categoria e a direção, semanas antes, em uma reunião demandada também pelo Coletivo Luta Educadora, antes da marcação da referida assembleia. Foi, ainda, reiterada no início da assembleia, o que foi impedido por uma manobra burocrática com base no estatuto vigente.
- 64.** Não poderíamos deixar de apresentar aqui as referidas críticas numa perspectiva construtiva e consequente, uma vez que já o fizemos previamente, olho no olho, em reuniões e assembleias, mas não alcançamos eco na maioria da direção ou mudanças significativas de postura. Não se trata de constituir uma oposição a todo o custo e em todos os temas, mas, ao contrário, trata-se de mais um esforço de lutadoras e lutadores que estão à disposição da luta, do Sintest e de sua direção para fortalecer entidade e seu lugar histórico de referência.
- 65.** Por isso, chamamos o Sintest, a atual direção e base, à unidade nas posições de:
- Defender uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada;
 - Priorizar a defesa dos postos de trabalho e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores em momentos de crise, sejam sindicatários, servidores federais ou terceirizados;
 - Fortalecer as lutas específicas que afetem diretamente as trabalhadoras e os trabalhadores técnico-administrativos em educação, buscando demonstrar suas pontes com as lutas mais amplas em defesa da UFRN e da classe trabalhadora brasileira;
 - Pautar, para valer, o ajuste e aumento salarial coerentes com os custos de vida, em articulação com a FASUBRA e o Sinasefe;
 - Contribuir concretamente com propostas de aperfeiçoamento das carreiras de técnicos;
 - Lutar pela manutenção e ampliação das políticas de capacitação;
 - Lutar para que os servidores e servidoras que trabalham em ambiente insalubre tenham acesso aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's);
 - Atuação da coordenação de políticas sociais na formação da base para discutir: etnia, diversidade e políticas de acessibilidade;
 - Lutar por uma jornada de 30 horas para todas e todos os servidores técnicos sem redução de salário;
 - Promover mais ações em prol da unidade entre docentes e técnicos em seu lugar de trabalhadores da educação;
 - Garantir esforços para uma maior integração das lutas sindicais e estudantis;
 - Reivindicar a paridade nas instâncias universitárias de decisão e aprofundamento da gestão democrática;

- Lutar pela ampliação do acesso à educação pública superior sem precarização das condições de estudo e trabalho;
- Pautar o fortalecimento das políticas de acesso, permanência e êxito estudantil;
- Lutar pela aplicação de recursos na ordem de 10% do PIB para a educação já;
- Lutar contra os cortes na educação, o Future-se e a política de ajuste fiscal;
- Lutar pelo fortalecimento da Autonomia Universitária;
- Lutar por uma gestão universitária democrática em que técnicos, professores e estudantes são tratados como partes iguais nos processos de tomada de decisão;
- Fortalecer a luta pelo fim da terceirização, ao mesmo que devemos nos solidarizar com as trabalhadoras e os trabalhadores terceirizados demitidos, reivindicando a realização de concursos públicos e a reorganização de cargos do serviço público federal;
- Fortalecer as ações contra o assédio moral incidindo sobre o fortalecimento dos assediados, sem negligenciar a incidência sobre os assediadores;
- Lutar para derrubar a Instrução Normativa nº 02/2018 e qualquer medida que ataque a nossa jornada de trabalho;
- Participar mais ativamente de frentes, blocos e comitês que busquem fortalecer a unidade para as lutas pela base, internos ou externos à UFRN e à UFERSA, a exemplo, respectivamente, do Comitê Unificado e das Frentes Povo Sem Medo (FPSM) e Antifascista Potiguar (FAP).
- Marcar assembleias para votar paralisações com o prazo de, no mínimo, 72 horas até a paralisação em si e, preferencialmente, com, no mínimo, uma semana de antecedência, para que se realize uma efetiva mobilização da base por setor, evitando-se imputar ainda mais descrédito ao Sintest junto à base, como nas repetidas assembleias de 2018 em que houve coincidência entre o dia da paralisação e o dia da assembleia que a aprovou;
- Contribuir com a organização do encontro nacional da classe trabalhadora; e
- Construir, pela base e nas instâncias da FASUBRA e da CSP/Conlutas, uma nova

greve geral para barrar os ataques do governo Bolsonaro.

II. Por um Sintest radicalmente democrático e fortalecido pela base!

- 66.** Não há respostas prontas para a crise de credibilidade que enfrentam a maior parte dos sindicatos no Brasil e no mundo. É uma crise que tem a ver com as próprias metamorfoses do modo de produção capitalista, dos postos de trabalho e das formas de reorganização da classe trabalhadora; com a carência de direções fortes preparadas para guiar nossas lutas com firmeza, consequência e coerência; com os ataques ideológicos sistemáticos por meio do qual a burguesia incide obre as organizações de luta da classe trabalhadora e sua juventude; com a capitulação de diversas entidades ao burocratismo e aos projetos dos governos democrático-populares, arrefecendo as lutas que seguiram se colocando como necessárias, apesar de avanços focalizados importantes.
- 67.** Nessa crise, que tem reflexos no Sintest e na sua dificuldade de atrair novas servidoras e novos servidores, o trabalho de base concreto sempre se mostrou como um caminho indispensável à busca pelo fortalecimento das lutas e das entidades. Afinal, tornam-se mais vivas e reavivam seu lugar de referência entidades e direções que se colocam lado a lado das trabalhadoras e dos trabalhadores nas lutas do contexto laboral micro e do macro, que amplificam nossas vozes e poder de decisão na construção das lutas e do sindicato, que organizam, ombro a ombro e para valer, comitês de mobilização e conselhos de base, que estão presentes nas unidades e setores de trabalho, informando, orientando e chamando a base para a construção efetiva. Nesse trajeto, a formação política para participação da base tem um importante papel na motivação para participar, mas não pode se restringir a cursos especificamente voltados para esse objetivo. Podem funcionar como experiências formativas concretas as assembleias, atos, grupos de trabalho, comissões e chapas que tenham a participação ativa de servidores da base garantida ou, ao menos, incentivada.
- 68.** Nessa direção, chamamos a base e a direção do Sintest a se unirem em prol das seguintes ações a serem construídas:

- Reformular o estatuto do Sintest de modo a democratizar ainda mais a entidade, permitindo, por exemplo, que a base possa inserir pontos de pautas em assembleias e que possa definir conjuntamente com a direção a pauta do Consintest em assembleia que anteceda o congresso.
- Garantir a realização de discussões antecedendo todas as votações em reuniões, eventos, assembleias e congresso do Sintest, quando, ao menos, uma das partes manifestar interesse, bem como incentivar a realização de debates e defesas como exercício de democracia sindical e formação política da base, extinguindo do Sintest práticas de eliminação direta de discussões pelas mesas diretoras ou por meio de votações artificialmente democráticas que atacam a possibilidade do exercício da democracia como discussão e participação para além do ato de votar;
- Discutir a criação de um conselho de representantes de base para fortalecer a participação e a legitimidade de filiados que não integram a diretoria eleita, mas que se disponham a construir as lutas e o Sintest em seus setores de trabalho;
- Realizar mais reuniões setoriais e temáticas com a base, buscando discutir e debater problemas específicos do cotidiano laboral, orientando sua resolução;
- Organizar campanhas de filiação de modo permanente, envolvendo integrantes da direção e da base nas mobilizações.

III. Por um Sintest à frente da formulação sobre as principais questões que afetam a universidade, suas trabalhadoras, seus trabalhadores e estudantes!

69. O Sintest tem como categoria representada trabalhadoras e trabalhadores qualificados de distintas formações e atuações profissionais, o que pode lhe favorecer na análise das principais questões internas e externas que afetam a universidade, seu corpo técnico, docente e discente. Convém à entidade, partindo dessa realidade, assumir o protagonismo quanto a essa formulação em maior escala, não carecendo aguardar a gestão universitária demandar do corpo docente ou importar análises de outras entidades, da FASUBRA ou da CSP/Conlutas.

70. Para tanto, é importante que a direção e base do Sintest assumam as seguintes tarefas como prioritárias:

- Criar mais Grupos de Trabalho (GT), que atuem sobre diferentes temas de interesse da categoria e da classe trabalhadora, com autonomia para apresentar os resultados de seus estudos e propostas em reuniões com a direção e em assembleias.
- Organizar mais atividades de formação política, com certificação, tanto na modalidade presencial quanto à distância, ministradas por trabalhadoras e trabalhadores filiados ao Sintest e especialistas externos, quando necessário.

IV. Por um Sintest comprometido com a construção de um mundo socialista onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres!

71. Em geral, os sindicatos reúnem entre seus filiados os setores da classe trabalhadora mais engajados nas lutas pelas demandas do hoje e do amanhã. Ainda assim, a função e a natureza sindical, focadas em demandas de categorias específicas da classe trabalhadora, impedem que os sindicatos disponham de um programa acabado, que rompa completamente com todas as facetas dos processos de exploração, opressões e desigualdade produzidos pelo capitalismo. Acreditamos que os sindicatos não podem, por isso, substituir os partidos, de massas ou revolucionários, e que estes últimos não podem substituir ou aparelhar os sindicatos de modo que não se enxerguem as fronteiras entre ambas as organizações.
72. O cuidado para não ultrapassarmos essa linha tênue, aqui reivindicado para o Sintest, não nos faz negar a função organizadora dos partidos nas lutas gerais da classe trabalhadora ou o papel histórico dos sindicatos na organização direta das trabalhadoras e trabalhadores nos processos de lutas contra a classe dominante e o próprio capitalismo, funcionando como uma escola e um dos motores para a luta revolucionária de um novo mundo socialista por construir.
73. O Sintest, nessa direção, deve:
- Aprofundar sua inserção nas pautas específicas dos trabalhadores técnico-administrativos em educação, aclarando suas pontes com a estratégia de

superação do capitalismo e a emancipação da classe trabalhadora, externando que os limites e ataques impostos à nossa categoria ou a outros extratos da classe não são conjunturais, impostos, isoladamente, por patrões ou governos, mas rebatimentos dos processos de exploração e de opressões inerentes ao capitalismo;

- Fortalecer as lutas de outros extratos da classe trabalhadora, num exercício concreto de solidariedade de classe, unidade e ampliação do nosso espectro de lutas, em prol não apenas da conquista de direitos trabalhistas e da melhoria da educação, mas também da preservação do meio ambiente, dos direitos humanos e das liberdades democráticas, mesmo que limitadas neste sistema, e, claro, da construção das bases de luta que um dia possam superar o capitalismo e construir "um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres", seguindo as palavras de Rosa Luxemburgo.

Assinam a tese:

Adalberto Almeida
 Ana Carolina Morais Sales
 Breno Mariz
 Cândida Souza
 Clara Medeiros
 Clemildes Francelina dos Santos
 Daniel Fracchia da Costa
 Emmanuelle Ferreira
 Felipe Tavares
 Francisco Silvestre
 Gil Eduardo de Albuquerque Macedo
 Jéssica Maia
 Marília Guimarães da Silva
 Miqueias Araújo da Silva Dantas
 Neyjmme de Fátima Medeiros
 Nilton Leite
 Priscilla Péres
 Roberto Luiz
 Rodolfo André de Araújo Santos
 Rogério de Souza Alves Sobrinho
 Rosangela Câmara Costa
 Sérgio Luiz Medeiros de Oliveira
 Thiago Mathias
 Victor Varela
 Vinícius Vianna de Sousa